



**EXMO. SR. CONSELHEIRO RELATOR DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE
CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

Assunto: Representação

Processo: 1076880

Relator: Conselheiro Durval Ângelo

SÉRGIO BOREL CORRÊA, já qualificado nos autos da representação em epígrafe, por intermédio de seu procurador infra-assinado, vem, respeitosamente, perante V. Exa., apresentar **DEFESA** com as justificativas e alegações necessárias para afastar a representação em epígrafe, expondo as seguintes razões de fato e de direito:

1- SÍNTESE DA REPRESENTAÇÃO

Trata-se de representação formulada pelo Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais em face do Presidente da Câmara Municipal de Manhumirim no exercício de 2017 e servidores Luciano de Oliveira Egeno e Giovanni Rocha de Oliveira ao argumento de possíveis irregularidades no processo licitatório n. 27/2017, tipo menor preço por item, realizado pela Câmara Municipal para a aquisição de equipamentos de informática.

Alega o parquet na sua inicial ocorrência de irregularidades no certame consistente na contratação indevida do Sr. Arildo José Rocha de Aguiar Filho em razão do seu grau de parentesco com o Sr. Carlos Alberto Gonçalves, Vice Prefeito de Manhumirim, situação vedada pelo art. 133, da Lei Orgânica Municipal.

Que houve incompatibilidade da especificação técnica exigida dos computadores com a demanda da rotina administrativa da Câmara Municipal e dano ao erário, no valor de R\$ 43.852,32 em decorrência da aquisição de 8 (oito) computadores pela Câmara Municipal.

Pois bem, essas são as esdrúxulas razões apresentadas pelo parquet de Contas, sendo que de antemão já ressaltamos que não há nenhuma ilegalidade no certame que seguiu rigorosamente todo o rito procedimental legal e os



bens adquiridos estão em harmonia com a necessidade da Câmara Municipal que a mais de 9 (nove) anos não adquiria nenhum computador adequado para a execução correta e precisa dos seus trabalhos.

2 – DAS RAZÕES DE DEFESA

O ora defendente, desde já, a par de tempestiva a presente defesa, requer o exame das presentes alegações em razão do contraditório que é imprescindível nos processos administrativos e judiciais.

Inicialmente, para fins de responsabilidade do agente político, ou do agente público, seja nas esferas administrativa, civil ou penal, é preciso perquirir se efetivamente encontra-se configurada culpa ou dolo, consoante a própria redação do art. 37, parágrafo 6º, da Constituição Federal vigente.

O saudoso Mestre Hely Lopes Meirelles ensina que o agente político “**só responde civilmente por seus atos funcionais se os praticar com dolo, culpa manifesta, abuso ou desvio de poder. O só fato de o ato ser lesivo não lhe acarreta a obrigação de indenizar. Necessário se torna, ainda que, além de lesivo e contrário a direito, resulte de conduta abusiva do Prefeito no desempenho do cargo ou a pretexto de seu exercício**” (Direito Municipal Brasileiro, Malheiros Ed., 6ª Ed., 1993, SP, p. 583).

De início, importante destacar que as razões da presente representação são totalmente improcedentes, pois o defendente e demais servidores da Câmara Municipal que atuaram no âmbito do processo licitatório n. 27/2017, pregão presencial n. 02/2017, para aquisição de equipamentos de informática sempre agiram com boa-fé e conforme o princípio da legalidade e demais princípios que regem a Administração Pública, art. 37, caput, da Constituição Federal de 1988.

A conduta praticada pelo defendente não consubstancia em dolo, culpa ou má-fé, pois no processo licitatório em exame foi definido adequadamente o seu objeto; houve indicação da existência de recursos orçamentários para a aquisição dos equipamentos; foi efetuada pesquisa de preços prévia (orçamentos) que comprovaram os valores de mercado dos equipamentos a serem adquiridos; houve a correta especificação dos equipamentos pretendidos e definição dos seus quantitativos, ou seja, tanto a fase interna como externa da licitação observaram estritamente os requisitos legais.

Impende ressaltar, que cabe ao gestor comprovar a boa e regular aplicação dos recursos públicos colocados sob sua responsabilidade, restando claro que o procedimento licitatório transcorreu observando toda a norma legal e os equipamentos adquiridos se deram conforme valor de mercado e atendendo as



especificações requeridas pelo corpo técnico da Câmara Municipal, conforme a necessidade do serviço e em prol do interesse do público.

Assim, Eminentíssimo Conselheiro Relator, não há falar-se em irregularidade capaz de gerar qualquer penalidade para o defendente, pois não se verificou ato ilegal ou lesão ao erário, eis que atendeu ao princípio da legalidade – princípio da reserva legal, pois foram adquiridos todos os equipamentos licitados com valores ofertados dentro da realidade do mercado e justificada plenamente a necessidade de aquisição dos bens licitados, senão vejamos.

2.1 – PROCESSO DE LICITAÇÃO N. 027/2017 – PREGÃO PRESENCIAL N. 02/2017

Eminentíssimo Conselheiro Relator, a legislação exige, na fase interna da licitação, uma “ampla pesquisa de preços”. Mediante especificação clara e objetiva do que se pretende, o órgão comprador deve buscar referências para estimar, com grau adequado de precisão, o valor praticado no mercado.

Sem prescrição normativa sobre a forma de estimar o preço de mercado, a cultura administrativa foi se consolidando num costume “verdadeiramente arraigado” de “consultar três ou quatro pessoas que atuem no ramo do objeto a ser licitado, pedindo a eles que encaminhem orçamento informal. Daí a entidade administrativa faz uma média dos orçamentos recebidos” (Niebuhr, 2007).

E, foi o TCU (Tribunal de Contas da União) quem contribuiu fortemente para o desenvolvimento do costume da média dos “três orçamentos”, tendo determinado esse número como mínimo aceitável na realização de pesquisas de mercado (Vieira et al., 2006; Shuch, 2010).

Percebe-se claramente que os requisitos citados foram plenamente atendidos, uma vez que houve especificação clara e precisa do que se pretendia contratar; foi realizada ampla pesquisa no mercado colhendo-se o mínimo de três orçamentos e os valores finais contratados refletiram os valores das pesquisas realizadas previamente pela Câmara Municipal.

Não restando sombra de dúvidas que a Administração Pública Municipal foi beneficiada e não houve dano ao erário público em nenhum momento.

Ressalta-se, ainda, que inexistiu frustração ao caráter competitivo do certame realizado, pois viabilizada a participação de vários interessados no certame, houve publicação no Diário Oficial do Estado, quadro de aviso da Câmara Municipal, bem como por meio de publicação no sítio eletrônico, resta claro a legalidade da conduta do representado, bem como a ausência de dano e prejuízo ao erário.



Sobre a contratação pelo exame de mérito deve reportar-se a conceituações terminológicas próprias do Direito Administrativo, aos conteúdos legais aplicáveis ao caso e, obviamente, à analogia, se o direito positivo, diretamente não agasalhar a situação e, em especial, às regras da Lei de Licitações e Contratos Administrativos - Lei n.º 8666/93.

Em regra deve a Administração Pública, obedecendo aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, realizar procedimentos licitatórios todas as vezes que for realizar obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações e locações. Em situações particulares poderão ser observadas as exceções de dispensa e inexigibilidade de licitação elencadas nos artigos 24 e 25 da Lei 8.666/93.

E foi exatamente isso que foi cumprido pela Câmara Municipal de Manhumirim ao proceder a abertura do pregão presencial n. 02/2017.

Sobre a irregularidade apontada pelo parquet de Contas quanto a incompatibilidade da especificação técnica exigida dos computadores com a demanda da rotina administrativa da Câmara Municipal não pode prosperar, conforme razões expostas a seguir.

O MP de Contas fundamenta tal ilegalidade quando dispõe que faltou motivação, finalidade pública e interesse público no processo licitatório n. 27/2017, objeto de exame. Data máxima vênia sem razão o parquet.

Eminente Conselheiro Relator, desconstituindo as frágeis alegações do parquet importante destacar que antes de se iniciar o procedimento de compra dos computadores foi apresentado pelo servidor responsável pela informática da Câmara Municipal termo de referência com as justificativas necessárias para a contratação em tela.

Em **fls. 298/299** do certame consta que *“Justifica-se em vista a necessidade de implantação de sistema para renovação e aquisição de novas estações de trabalho e plataformas de impressão onde há necessidade de novos equipamentos para trabalhos em todos os setores da Câmara Municipal de Manhumirim; substituir equipamentos ultrapassados em que suas manutenções são muito onerosas; garantir a continuidade da atualização e modernização da Câmara Municipal”*.

Não há que se falar em justificativa sucinta e genérica, ao contrário do alegado pelo Ministério Público, porque foi plenamente justificado e motivado a contratação em tela diante dos computadores da Câmara Municipal estar ultrapassados com manutenções muito onerosas garantindo a continuidade da atualização e modernização da Câmara Municipal de Manhumirim.



Neste sentido, importante destacar as justificativas que foram apresentadas pela área técnica quando questionado pelo procurador da Câmara Municipal em parecer jurídico datado de 21/12/2017, senão vejamos.

Em **fls. 524/525** do certame foi justificado que:

- Equipamentos atualizados, de procedência, com garantia e nota fiscal.
- Processadores da mais nova geração (oitava geração) que atenderão as necessidades da Câmara por muito mais tempo.
- Capacidade de gerenciamento e de multitarefas com foco em desempenho. Pode-se realizar várias tarefas ao mesmo tempo.
- Grande capacidade de armazenamento. O futuro transpõe uma digitalização cada vez maior dos processos e procedimentos administrativos, gerando uma quantidade menor de papéis, em contrapartida uma quantidade maior de dados, visando inclusive a sustentabilidade.
- Ampliação dos recursos e das ferramentas disponibilizadas pelo convênio Câmara e Interlegis (Portal Modelo e SAPL). Abrangendo áreas ainda inexploradas dessas ferramentas, possibilitando maior visibilidade e transparência no processo legislativo.
- Ampliação das redes (Wired e Wi-fi) interligando os computadores de todos os servidores, vereadores, protocolo, etc. Além de conceder ao cidadão que acompanha, no plenário das reuniões, acesso a internet por meio de HotSpot.
- Backup de dados em tempo real e disponibilizado in Cloud, permitindo assim, acesso remoto aos documentos e informações do serviço legislativo, além de prevenir perda de dados.
- Implementação do aplicativo Câmara Cidadã, que permitirá aos usuários acompanharem, fiscalizarem e participarem dos processos e da construção legislativa.
- Implantação do sistema integrado, compras, patrimônio, RH e DP, Contabilidade, etc.

Ainda foi justificado que os equipamentos de informática da Câmara Municipal estavam defasados, sendo que os últimos adquiridos foram no ano de 2012, além de outros mais antigos que eram utilizados de forma totalmente precária.

Ao contrário do que alegou o MP de Contas em sua representação o parecer jurídico apresentado pelo procurador da Câmara Municipal datado de 26/12/2017 consta que o causídico se manifestou satisfeito com as justificativas apresentadas tanto é que dispôs **“Como se vê, o requisitante justificou a aquisição devido as necessidades descritas em documento juntado aos autos, como a ampliação do prédio da Câmara, bem como as necessidades técnicas”.**

Neste sentido, continuou **“Nesses termos, após apresentado as justificativas pelo responsável, entendemos que o procedimento transcorreu de forma regular”.**

Portanto, ao contrário do que pensa o parquet o procurador jurídico da Câmara Municipal de Manhumirim aquiesceu com a contratação, uma vez que



deixou bem claro em seu parecer jurídico que **“após as justificativas pelo responsável, entendemos que o procedimento transcorreu de forma regular”**.

Ora, Eminentíssimo Relator, caso o procurador jurídico não tivesse endossado a contratação deveria ter expressado em seu parecer as razões para não indicar a adjudicação e homologação do certame, sendo que dispondo que o procedimento transcorreu de forma regular se deu por satisfeito com todas as justificativas apresentadas pela área técnica da Câmara Municipal que solicitaram a contratação.

Ainda sobre a justificativa necessário dispor que a contratação foi necessária para uma boa prestação de serviços públicos no que tange a implantação dos sistemas de digitalização de lei e documentos; implantação do sistema da EIL; implantação das transmissões de reuniões da Câmara Municipal pela internet, facebook.

Ressalta-se que para todos esses serviços é necessário que a Câmara Municipal disponha de equipamento técnico avançado e com durabilidade maior evitando, assim, trocas em um curto espaço de tempo o que certamente traduzirá em onerosidade excessiva para o órgão.

Com isso, destaca-se que os computadores que foram adquiridos estão em pleno funcionamento e uso na Câmara Municipal, em bom estado de conservação e por serem dotados de processador de melhor qualidade ficará em uso por muito mais tempo do que um processador mais simples, o que sem dúvida nenhuma traduz-se em economia para os cofres públicos.

Por último, impugnamos integralmente as alegações do parquet de que os computadores são usados para jogos “game”. Ocorre que nenhum dos computadores possui placa para jogos, conforme documentos anexos, ficando integralmente impugnada tal alegação.

2.2 – AUSÊNCIA DE VEDAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DE PARENTE DE AGENTE POLÍTICO

Ao contrário do que alega o parquet a legislação municipal citada na representação foi devidamente modificada e no momento da realização do processo licitatório, Pregão Presencial n. 02/2017, não vigorava mais a referida restrição de contratação de parente de agente político.

A Emenda à Lei Orgânica Municipal n. 009, de 15 de outubro de 2015, alterou a redação do artigo 133 e retirou tal vedação, o que se comprova pela cópia da Lei Orgânica Municipal atualizada e certidão de vigência.

Ante todo o exposto, totalmente improcedente tal alegação porque além de não haver vedação na legislação municipal para a contratação da



empresa vencedora do certame restou devidamente comprovado que foi dada ampla publicidade, transparência ao processo licitatório, várias empresas solicitaram orçamento e venceu aquela empresa que apresentou toda a documentação exigida no certame e a proposta de menor preço que, diga-se de passagem, dentro do valor de mercado dos equipamentos adquiridos.

2.3 - AUSÊNCIA DE DOLO ESPECÍFICO OU MÁ-FÉ

Eminentes Conselheiros, conforme já argumentado e com base em toda a documentação constante do presente procedimento licitatório é fácil concluir a total ausência de dolo específico ou genérico, assim como ausência de má-fé do Presidente da Câmara Municipal ao adjudicar/homologar o certame retro mencionado.

Ou seja, o Presidente da Câmara agiu com a plena convicção de estar pautando seus atos nos termos da Legislação aplicável ao tema, com a intenção de exercer da melhor forma possível os encargos de sua função junto a Câmara Municipal, sendo que seguiu todas as orientações do corpo técnico da edilidade, bem como o parecer jurídico final do Procurador da Câmara indicava que a licitação transcorreu dentro da normalidade, legalidade, bem como que foram apresentadas justificativas técnicas para amparar as contratações.

Ademais, para uma possível penalidade é exigido tanto a presença de dolo específico, consubstanciado na intenção específica de causar dano ao erário, como a efetiva existência de resultado naturalístico, o que não restou cabalmente demonstrado.

Além do mais, quem age de boa fé e não atuou comprovadamente para obter ou dar vantagem a outrem, não agiu com dolo, nem genérico, nem específico, afastando assim qualquer possibilidade de punibilidade.

Portanto, tendo transcorrido a licitação dentro da mais absoluta legalidade e cumprido todos os requisitos impostos para a consumação da contratação, inclusive, com parecer jurídico opinando pela regularidade do certame, após as justificativas apresentadas, resta bem claro a improcedência total das razões da presente representação.

A conduta do ora defendente foi totalmente praticada conforme o princípio da legalidade e demais princípios que regem a Administração Pública, não praticou nenhum ato doloso e muito menos causou prejuízos ao erário. Ao contrário, a documentação apresentada nos autos demonstra que a Comissão de Licitação nomeada pelo defendente atuou nos limites definidos pela legislação de regência garantindo o cumprimento do princípio de supremacia do interesse público sobre o particular



adquirindo os equipamentos necessários para a melhoria da prestação de serviços da edilidade.

Se houve algum erro foi meramente procedimental que não configura irregularidade insanável, pois os recursos foram corretamente aplicados na aquisição dos produtos licitados. Conforme o princípio da razoabilidade e proporcionalidade, irregularidades meramente procedimentais não se equiparam aos comportamentos desonestos capazes de revelar prática de atos de improbidade administrativa.

A conduta praticada pelo defendente não se consubstancia em dolo, culpa ou má-fé, pois não houve desvio de recursos e muito menos prejuízo ao erário, agindo estritamente conforme o princípio da legalidade e demais princípios que norteiam a Administração Pública. Dessa forma, não pode subsistir a representação do MP quando comprovado que o defendente seguiu estritamente os atos administrativos praticados pela Comissão de Licitação e o procurador da Câmara não indicou razões para que não fosse homologado o certame.

Assim, Eméritos Conselheiros, não há falar-se em irregularidade capaz de imputar penalidade para o defendente, mesmo porque não se verificou ato de improbidade ou lesão ao erário, eis que atendeu ao princípio da legalidade – princípio da reserva legal, pois foi aplicado corretamente os recursos públicos para aquisição dos produtos licitados observando os valores de mercado.

2.4 – AUSÊNCIA DE DANO AO ERÁRIO

Eminente Conselheiro Relator, conforme amplamente demonstrado resta claro que o processo licitatório em voga cumpriu todos os requisitos legais e não há nenhuma ilegalidade que justifique a procedência da referida representação proposta pelo parquet de Contas.

Ocorre que foi demonstrado que houve justificativa técnica pelos servidores da Câmara Municipal da necessidade de aquisição de novos computadores em substituição aos antigos que foram adquiridos no ano de 2012 e não permitiam uma boa e regular prestação de serviços públicos pela edilidade.

Foi comprovado também os novos projetos desenvolvidos pela Câmara Municipal de Manhumirim que justificaram a compra dos novos computadores com configurações mais avançadas e com maior durabilidade.

Por todos os fundamentos expostos amparados pela prova documental juntada resta evidente que não houve dano ao erário. Os computadores foram devidamente adquiridos em sessão pública de licitação modalidade pregão onde foi



respeitada a norma legal e venceu empresa que apresentou o menor preço e com documentação comprovando a habilitação, nos termos do que foi exigido pelo edital.

Ademais, importante destacar que devido os computadores adquiridos terem processador mais avançado implica também em durabilidade maior, portanto, maior tempo de uso sem necessidade de troca, o que induz em economia para os cofres públicos.

É totalmente improcedente e inadmissível os argumentos lançados na presente representação pela ilustre promotora porque não se pode apurar disparidade de valores e sobre preço apenas tomando por base aquisição de computadores por parte do Tribunal de Contas.

Ocorre que no mínimo deveria ter a ilustre representante do MP ter determinado a realização de pesquisa de preço no mercado para chegar ou não a tal conclusão.

E não o fez justamente porque no certame analisado resta evidente que todos os computadores adquiridos estão em consonância com os valores vendidos no mercado.

Portanto, totalmente improcedente e esdrúxula a alegação e os valores que utilizou para justificar dano ao erário. Conforme já dito não houve dano ao erário porque a compra dos computadores foi devidamente justificada gostando ou não o MP de Contas; foi realizada pesquisa de preço prévia ao processo e foi certificada a existência de dotação orçamentária para cobertura dos valores pagos pelos itens licitados.

Neste sentido, totalmente improcedente tais argumentos e ratificada a ausência de dano ao erário quando a licitação foi realizada com base na norma legal e seguindo rigorosamente todo o rito procedimental para a efetivação da contratação.

Ao contrário do argüido pelo parquet foram adquiridos 7 (sete) computadores e não 8 (oito) como narra na representação, sendo que os contratos firmados com as empresas vencedoras da licitação demonstram claramente o erro cometido na argumentação do Ministério Público, o que mais uma vez demonstra a improcedência total da representação.

3- DOS PEDIDOS



Ante o exposto, requer o defendente o acatamento integral das razões de defesa para julgar totalmente improcedente a representação, pois comprovada a regularidade da conduta e a ausência de dano ao erário.

Requer, ainda, a produção de todos os meios de provas admitidos em direito.

Nestes termos,
Pede deferimento.

Belo Horizonte, 18 de novembro de 2020.

Rafael de Paiva Sousa
OAB/MG 106.930